

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

FBR SOLUÇÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

**E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
EM 31 de DEZEMBRO DE 2022**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados.....	8
Demonstrações de resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório de Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. No exercício, a FBR registou prejuízo de R\$ 51.909 mil, patrimônio líquido de R\$ 138.268 mil e ativos totais de R\$ 449.292 mil. O prejuízo apresentado foi motivado principalmente pela baixa dos intangíveis e marcas que não serão mais explorados pelo Grupo Up Brasil no valor de R\$ 46.169 mil e que estavam registrados em nossos ativos desde a aquisição das empresas brasileiras em 2015 pela multinacional francesa Up Groupe Internationale (antes Le Chèque Déjéneur).

Desde 2019, visando maior sinergia operacional, o Grupo Up Brasil iniciou um processo de reorganização societária que resultou em incorporações e reestruturação profunda dos seus processos e sistemas internos, além da revisão do portfólio de produtos e estratégias comerciais a fim de consolidar a marca Up como uma marca nacional. Em 2022, o resultado desse esforço tornou-se tangível e pôde ser confirmado pela melhora expressiva nos volumes de emissão e transação, dando evidências da consolidação da marca Up e permitindo o desconhecimento das marcas Planvale e Vale Mais (R\$ 31.054 mil) e demais intangíveis (R\$ 15.115 mil).

A Sociedade buscará em 2023 acelerar o crescimento conquistado, o fortalecimento de sua posição e adequação à nova regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também manteremos nossos esforços na diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e a todos os nossos parceiros, fornecedores e clientes pelo apoio e confiança depositados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos sócios e administradores da
FBR Soluções Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FBR Soluções Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FBR Soluções Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos - auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 09 de maio de 2022, sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 28 de abril de 2023.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:

Douglas Souza de Oliveira

823E6D3FC28C4F6...
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0

FBR Soluções Participações S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	80	76	43.330	41.174	Fornecedores conveniados	14	-	-	136.970	128.528
Ativos financeiros	5	-	-	14.082	14.096	Créditos não consumidos pelos usuários	15	-	-	63.814	57.569
Contas a receber de clientes	6	-	-	220.940	172.729	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	608	3.070
Impostos e contribuições a recuperar	8	7	8	4.787	9.068	Salários, provisões e encargos sociais	17	12	342	6.814	6.574
Valores a receber de partes relacionadas	21	4	260	-	-	Impostos e contribuições a recolher	20	-	-	1.049	1.016
Outros créditos	9	-	17	14.893	19.427	Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	12.783	20.441
						Outros débitos e valores	19	73	76	29.512	11.240
Total do ativo circulante		91	361	298.032	256.494	Total do passivo circulante		85	418	251.550	228.438
Não circulante											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	2.088	6.402	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	10.000	10.588
Valores a receber de partes relacionadas	21	-	-	524	524	Provisões para contingências	18	-	-	28.904	24.211
Investimentos	11	146.887	190.740	-	-	Valores a pagar a partes relacionadas	21	8.625	8.207	20.570	19.062
Imobilizado	12	-	-	11.649	12.784	Total do passivo não circulante		8.625	8.207	59.474	53.861
Intangível	13	-	-	136.999	188.572	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		146.887	190.740	151.260	208.282	Capital social	22	40.648	32.948	40.648	32.948
						Reserva legal	22	209.985	209.985	209.985	209.985
						Prejuízos acumulados	22	(112.365)	(60.457)	(112.365)	(60.456)
Total do ativo		146.978	191.101	449.292	464.776	Patrimônio líquido atribuído aos controladores		138.268	182.476	138.268	182.477
						Participação dos não controladores		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		138.268	182.476	138.268	182.477
						Totais do passivo e do patrimônio líquido		146.978	191.101	449.292	464.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FBR Soluções Participações S/A

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	23	-	-	106.701	98.427
Custo dos serviços prestados	24	-	-	(36.095)	(29.355)
Lucro bruto		-	-	70.606	69.072
Despesas com pessoal	25	217	(1.570)	(43.617)	(39.106)
Provisão para perdas	26	-	-	720	7.677
Despesas gerais e administrativas	26	(183)	(180)	(26.712)	(28.118)
Amortização e depreciação	12/13	-	(88)	(14.338)	(13.234)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	28	2.004	(53.194)	(36.055)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		62	166	(66.535)	(39.764)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	28	(418)	(283)	18.941	13.772
Resultado de equivalência patrimonial	11	(51.553)	(29.889)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(51.909)	(30.006)	(47.594)	(25.992)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	10	-	(16)	-	(16)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	-	-	(4.314)	(4.014)
		-	(16)	(4.314)	(4.030)
Resultado do exercício		(51.909)	(30.022)	(51.908)	(30.022)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(51.909)	(30.022)	(51.908)	(30.022)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Resultado do exercício		(51.909)	(30.022)	(51.908)	(30.022)
Resultado do exercício, por ação (22.798.638 ações)		(2,28)	(1,99)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FBR Soluções Participações S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício	(51.909)	(30.022)	(51.908)	(30.022)
Variação relativa na participação de controladas	_____	_____	_____	_____
Resultado abrangente total do exercício	<u>(51.909)</u>	<u>(30.022)</u>	<u>(51.908)</u>	<u>(30.022)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(51.909)	(30.022)	(51.908)	(30.022)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FBR Soluções Participações S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldo de início em 01 de janeiro de 2021	<u>32.948</u>	<u>209.985</u>	<u>(30.434)</u>	<u>212.499</u>	<u>-</u>	<u>212.499</u>
Resultado do exercício	-	-	(30.022)	(30.022)	-	(30.022)
Varição relativa na participação de controladas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>32.948</u>	<u>209.985</u>	<u>(60.456)</u>	<u>182.477</u>	<u>-</u>	<u>182.476</u>
Resultado do exercício	-	-	(51.909)	(51.909)	-	(51.909)
Aumento de capital social	7.700	-	-	7.700	-	7.700
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>40.648</u>	<u>209.985</u>	<u>(112.365)</u>	<u>138.268</u>	<u>-</u>	<u>138.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FBR Soluções Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(51.909)	(30.022)	(51.908)	(30.022)
Participação minoritária no resultado				-
Ajustes para:				
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	88	14.338	13.234
Provisão para contingências	-	-	12.729	25.236
Equivalência patrimonial	51.553	29.889	-	-
Provisão para perdas esperadas	-	-	(720)	(7.677)
Provisões para contas a pagar	-	-	6.476	3.643
Resultado de variação cambial	-	-	(554)	(31)
Provisão para pagamento de PLR	-	62	1.010	1.151
Provisão de garantia financeira com contingências	-	-	-	-
Provisão de juros com partes relacionadas	838	39	1.486	648
Provisão para contrato oneroso	-	-	(1.942)	-
Ganho na baixa de imobilizado	-	-	-	(58)
Perda na baixa de outros ativos	-	-	(102)	16.935
Crédito tributário	-	-	4.315	4.014
Ajustes sobre o prejuízo	482	56	37.036	57.095
Variações em:				
Ativos Financeiros	-	-	14	989
Contas a receber de clientes	-	-	(47.389)	23.643
Estoques	-	-	-	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	-	-	-	-
Outros créditos	17	17	4.534	(3.174)
Impostos a recuperar	-	14	4.280	(2.799)
Partes relacionadas a receber (a pagar)	(164)	(131)	(7.082)	1.508
Fornecedores conveniados	-	-	8.442	(2.601)
Créditos não consumidos pelos usuários	-	-	6.245	(5.168)
Salários, provisões e encargos sociais	(328)	(131)	(770)	796
Impostos e contribuições a recolher	-	-	33	(5.683)
Pagamento de contingências	-	-	(6.094)	(6.464)
Outros débitos e valores	(3)	25	11.796	(6.368)
Garantia de Investimentos	-	-	-	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades	(478)	(206)	(25.992)	(5.321)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	(7.700)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(6.348)	(7.134)
Aquisição de intangível	-	-	(2.338)	(1.055)
Alienação de imobilizado	-	206	877	780
Baixa de intangível	-	-	46.179	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(7.700)	206	38.370	(7.409)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Entrada (amortização) cotas investidores FIDC	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	(194)	(3.050)	(16.277)
Entrada (amortização) de mútuo com partes relacionadas	-	(79)	-	7.694
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	7.700	-	7.700	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	7.700	(273)	4.650	(8.583)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4	(217)	2.156	5.760
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	76	293	41.174	35.414
Caixa e equivalentes de caixa - Policard Systems e Serviços S.A.	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	80	76	43.330	41.174
Variação no caixa e equivalentes de caixa	4	(217)	2.156	5.760
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A FBR Soluções Participações S.A. (“Companhia “ou “FBR”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Constituída em 21 de dezembro de 2015, as atividades iniciaram em 29 de fevereiro de 2016 (após o registro na Junta Comercial de São Paulo) através da integralização do total das cotas da Up Brasil - Policard System e Serviços S.A. (“Policard”). Veja composição acionária na Nota Explicativa nº 22(a).

A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresas, empreendimentos ou consórcios, como acionista, sócia, quotista, consorciada ou investidora. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

Fundada em 1964, na França, Le Chèque Déjeuner, vem expandindo suas operações pelo mundo. Em 2013, alterou a denominação social para Up Groupe Internationale. Sua entrada no Brasil, foi através da aquisição das empresas Planinvesti Participações Ltda, em 31 de maio de 2015, e Empório Card Ltda. em 26 de janeiro de 2016, através de sua holding brasileira CDHI Brasil Participações Ltda.

Em 2019 iniciou-se um processo de Reorganização Societária envolvendo as empresas que integravam o Grupo UP Brasil, visando maior sinergia operacional. Dentro deste contexto, ocorreram os seguintes eventos societários:

- Em 01 de maio de 2019 a UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“UP Brasil”) incorporou sua coligada UP Brasil – Empório Card Ltda;
- Em 01 de dezembro de 2019, a UP Brasil incorporou sua controladora direta CDHI (incorporação reversa), passando assim a ser controlada direta da UP Brasil – Policard Systems e Serviços S.A. (“Up Policard”);
- Em 01 de janeiro de 2020, a UP Brasil incorporou sua controladora direta Up Policard (incorporação reversa). Com essa incorporação, a UP Brasil Administração e Serviços Ltda. passou a ser controlada direta da FBR Soluções Participações S.A., até então controladora direta da Up Policard, e passou também a controlar a empresa Soft Pro Tecnologia Ltda, até então controlada direta da Up Policard;
- Em 01 de fevereiro de 2020 a UP Brasil cedeu e transferiu, a título de compra e venda, suas quotas totalmente integralizadas da empresa Soft Pro Tecnologia Ltda para os demais sócios pessoas físicas conforme detalhado na 13ª Alteração Societária.

1.1 Relação de entidades controladas

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas (veja política contábil na Nota Explicativa nº 3).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas (Grupo) nestas participações abaixo:

- 100,00% - Up Brasil Administração e Serviços Ltda. - Direta

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, ainda, o Fundo em Direito Creditório (FIDC) listado abaixo e cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 7:

- FIDC Policard II: O Grupo possui 100% das cotas em 2022 (100% em 2021) - Indireta

Operações das controladas

Todas as empresas controladas estão domiciliadas no Brasil. Os endereços registrados e as principais atividades são:

- **A UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (UP Brasil)**, situada no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, conjunto 51, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo, tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios “in natura”, e combustível em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários.
- **O FIDC II** (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) foi constituído em 23 de dezembro de 2011 e iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado e com prazo indeterminado de duração. Destina-se, especificamente, a receber aplicações de investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001. A Administração e custódia da carteira do FIDC II é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo a gestão realizada pela ASK Gestora de Recursos S.A. Os cotistas do FIDC II estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do fundo se torne negativo.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade - Em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de abril de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes: mensuração da provisão para perdas esperadas dos recebíveis;
- Nota Explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: reconhecimento do ativo fiscal diferido;
- Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado: utilização de taxas de depreciação diferenciadas da taxa fiscal;
- Nota Explicativa nº 13 - Intangível: utilização de taxas de amortização diferenciadas da taxa fiscal;
- Nota Explicativa nº 18 - Contingências: mensuração do valor de provisão de contingências;
- Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros: premissas da estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência às políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Policard II (“FIDC Policard II”), uma vez que este representa entidade de propósito específico, em que as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais do Grupo.

No processo de consolidação do FIDC Policard II, foram realizadas, quando aplicável, eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

(ii) *Perda de controle*

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou no prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora em 31.12.2022 e 31.12.2021 não haviam investimentos em coligadas a serem reconhecidos por esse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). Não houve impactos relevantes notados para a classificação de Instrumentos Financeiros próprios em função da adoção do CPC 48.

Sob CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurados pelo custo amortizado. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “Outros passivos financeiros”.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja

criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso não atenda aos critérios de classificação de mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contas a receber é avaliado pelo valor da prestação do serviço e inclui, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

A provisão para perdas esperadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

O capital social da Companhia está apresentado por ações ordinárias, que são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Provisão para perdas esperadas com créditos

A Companhia faz a análise de seus clientes e suas devidas movimentações e pagamentos, e registra provisão baseada em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento, consoante ao CPC 48, exceto nos casos em que exista acordo com os clientes.

Conforme facultado pelo CPC 48, a Companhia utiliza o expediente prático no cálculo da provisão para perdas esperadas, que é efetuado com base em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento (aging list), segmentado pelas linhas de serviço da empresa. Os valores de provisão registrados são a diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa esperados pela Companhia.

d. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- Os custos de materiais e de mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de aquisição em que são instalados e estejam disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Vida útil (anos) - Controladora	Vida útil (anos) – Consolidado
Edificações e Benfeitorias	-	De acordo com o contrato de locação.
Instalações	-	10
Equipamentos de informática e telefonia	05	03 - 10
Máquinas e Equipamentos	-	04 - 10
Móveis e utensílios	-	10
Veículos	05	05

Quando existentes, ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

e. Arrendamento mercantil

Quando existentes, os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre: valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo, reconhecidos de empréstimos e financiamentos, são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2020. O pronunciamento apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer os arrendamentos com ativos identificados, com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais, inicialmente no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Os reflexos da aplicação da norma estão apresentados nas notas explicativas 12, 19 e 28.

f. Intangível

O intangível corresponde a ativos identificáveis sem substância física, os quais estão em poder da Companhia, possuem benefícios econômicos futuros previstos e retornos para serem usados em período superior a um ano. O reconhecimento inicial acontece quando há benefícios econômicos futuros prováveis e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 2021 não ocorreram eventos que indicassem perdas.

Em 2022, após avaliação minuciosa dos intangíveis “Relacionamento com clientes” e “Marcas e Patentes” registrados em função da aquisição das empresas Planinvesti Adm e Serviços Ltda (Plan Vale) e Empório Card Ltda. (Vale Mais), foi possível identificar que estas não geram benefício econômico futuro para o grupo. As análises da Administração, detalhadas em memorandos internos, ratificam a consolidação da marca Up Brasil e uma carteira de clientes não mais vinculada às marcas das empresas adquiridas. Sendo assim, e em cumprimento com o CPC 01(R1), a controlada Up Brasil realizou as baixas integrais destes intangíveis, como perda por redução ao valor recuperável, conforme descrito na nota explicativa 13.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. O Grupo revisa anualmente as principais premissas e, alterações de vida útil e valor residual são tratados como mudança de estimativa contábil.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis são as seguintes:

Intangível	Vida Útil (consolidado)
Sistemas e aplicativos	5 a 7 anos
Carteira de clientes	1 a 1,5 ano
Acordo de não competição	7,5 a 9 anos

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(iii) Ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Como mencionado no item f. desta nota, em 2022 a controlada UP Brasil realizou as baixas dos intangíveis “Marcas e Patentes” e “Relacionamento com Clientes” uma vez que não se identificam benefícios econômicos futuros nestes ativos.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** Provisão para perdas esperadas
- **Nota 18:** Provisão para contingências

i. Provisões para contingências

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

j. Benefícios a empregados***Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar montante em função de serviço passado, prestado pelo empregado, e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

k. Imposto de renda e contribuição social**(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O Grupo avaliou as alterações introduzidas pelo ICPC 22 que trata da incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação à questionamentos por parte das autoridades fiscais e tributárias, visto que todas as adições e exclusões estão seguindo criteriosamente a legislação tributária que as rege.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

I. Reconhecimento de receitas

A partir de janeiro de 2018 passou a vigorar nova norma do comitê de pronunciamento contábil, o CPC 47. Esta norma introduz uma estrutura extensiva para determinar quando e se uma receita será reconhecida, além de sua mensuração. O princípio fundamental do CPC 47 é o reconhecimento da receita quando as mercadorias ou serviços são transmitidos para o cliente, ao preço da transação. O momento de reconhecimento da receita de contratos com clientes, é quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos.

A adoção dessa norma não trouxe impactos significativos em relação ao momento para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, visto que já vinham sendo registradas no momento em que o controle, os benefícios e direitos decorrentes da prestação do serviço fluem para os clientes, ou seja, na realização da transação. Não há componente significativo de financiamento nos contratos com clientes.

Serviços prestados

As receitas relativas aos serviços são contabilizadas pelos valores definidos em contrato na data da prestação do serviço e se compõem de receita de manutenção, taxa de administração de convênio com estabelecimentos credenciados, aluguel, receita de captura de transação eletrônica, entre outras. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem juros sobre receitas em investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras em fundo de investimentos em direitos creditórios), ajustes ao valor presente de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências e alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	-	-	7.892	13.082
Aplicações financeiras	80	76	35.438	28.092
Caixa e equivalentes de caixa	<u>80</u>	<u>76</u>	<u>43.330</u>	<u>41.174</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se resgatadas antes do vencimento. As aplicações financeiras referem-se à aplicação automática e operações compromissadas de debêntures, indexadas na faixa de 89% em 2022 (75% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição a riscos em ativos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5 Ativos financeiros

O Grupo possui aplicações financeiras que não atendem às premissas para classificação de caixa e equivalentes de caixa e, desta forma, são apresentadas separadamente nas demonstrações financeiras. Apresentamos, abaixo, a composição daqueles investimentos:

	Consolidado	
	2022	2021
Aplicação em títulos privados (i)	1.371	2.294
Aplicações em títulos públicos (ii)	877	778
Aplicações em fundos de investimento restrito (iii)	11.834	11.024
	14.082	14.096

(i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são representados por CDBs que remuneravam entre 90 % e 101 % do DI.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022 é representado por títulos do Tesouro Nacional.

(iii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 refere-se a cotas de fundo de investimentos que tem por objetivo acompanhar a variação da Selic investindo no mínimo 95% de sua carteira em cotas do BNP Paribas Master Cash DI FI Referenciado, que investe, exclusivamente, em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do DI ou ainda por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Aplicação realizada para cumprir exigências da garantia financeira descrita na nota explicativa 21.

6 Contas a receber de clientes

A composição por idade dos valores a receber está apresentada a seguir:

	Consolidado					
	2022			2021		
	Carteira	Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar (i)	26.623	-	26.623	9.563	-	9.563
A vencer	176.411	(856)	175.555	121.302	(1.490)	119.812
Vencidos		-	-			-
Até 30 dias	8.562	(183)	8.379	15.175	(338)	14.837
De 31 a 60 dias	2.634	(453)	2.181	3.820	(160)	3.660
De 61 a 90 dias	842	(309)	533	2.653	(425)	2.228
De 91 a 120 dias	802	(209)	593	1.975	(639)	1.336
De 121 a 150 dias	799	(436)	363	1.691	(402)	1.289
De 151 a 180 dias	724	(676)	48	1.463	(262)	1.201
Acima de 180 dias	118.348	(111.683)	6.665	130.612	(111.809)	18.803
	335.745	(114.805)	220.940	288.254	(115.525)	172.729

(i) Refere-se aos créditos liberados nos cartões dos usuários no último dia do ano e cujo faturamento ocorre após a devida confirmação do pagamento em conta bancária Up. As receitas advindas desses pedidos foram devidamente registradas em 2022 conforme mencionado na nota 3(m).

A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(123.202)
(+) Adições	(15.562)
(-) Reversões	23.239
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(115.525)
(+) Adições	(10.465)
(-) Reversões	10.204
(-) Baixas para prejuízo (perdas)	981
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(114.805)

Os valores em aberto de clientes pessoas físicas e jurídicas, bem como os valores decorrentes de acordos de parcelamentos não quitados integram a base de cálculo da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas esperadas, relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

7 Fundo de investimento em direitos creditórios

FIDC Policard II (“FIDC II”)

O FIDC Policard II foi constituído em 23 de dezembro de 2011 e iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. O objetivo do FIDC II é a aquisição de direitos creditórios provenientes da carteira de titularidade da controlada Up Brasil contra os devedores pelo uso de cartões para saque e aquisição de produtos e serviços, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios ou em folha de pagamento, por entidades da Federação, tais como União, Distrito Federal, Estados e Municípios, incluindo membros das administrações pública direta ou indireta.

O FIDC II destina-se, especificamente, a receber aplicações de investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001. A Administração e custódia da carteira do FIDC II foi transferida em 03/2016 para Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo gerido pela ASK Gestora de Recursos S.A., e a cobrança realizada pela própria Policard. Os investimentos no FIDC II não são garantidos pela Administradora, pelo cedente nem por mecanismo de seguro, tampouco pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas do FIDC II estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do fundo se torne negativo.

A estrutura de patrimônio do FIDC II, em 31 de dezembro de 2022, é composta de 6.626 mil quotas subordinadas juniores de titularidade da controlada Up Brasil, no montante de R\$ 66.571 (R\$ 50.410 em 2021), representativas de 100% (100% em 2021) do patrimônio do FIDC II. O fundo foi auditado por empresa independente e suas demonstrações financeiras emitidas sem ressalvas em 29 de março de 2023.

A controlada Up Brasil atua indiretamente como agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC II. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contas patrimoniais do fundo estavam assim distribuídas no balanço patrimonial consolidado:

	2022	2021
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7.520	4.704
Contas a receber	59.161	45.369
Outros créditos	-	490
	<u>66.681</u>	<u>50.563</u>
Passivo		
Taxas de administração e gestão a pagar	110	153
Patrimônio líquido	<u>66.571</u>	<u>50.410</u>
	<u>66.681</u>	<u>50.563</u>

8 Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de impostos a recuperar estavam compostos conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
IRRF a recuperar (i)	1	1	36	1.171
CSLL a compensar	2	3	4	294
IRPJ a compensar	4	4	4.747	7.603
	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>4.787</u>	<u>9.068</u>

- (i) Em 2021, no consolidado, R\$ 950 refere-se a imposto de renda retido relacionado ao Auto de Infração da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) referente a algumas remessas de pagamento ao exterior que teria por objeto a prestação de serviço de gestão administrativa e consultoria em geral. O entendimento do Grupo é que para este objeto deveria-se recolher 25% de IRRF, e assim o fez, todavia o entendimento da RFB foi de que deveria ter sido recolhido 15% de IRRF e 10% de CIDE. Ao longo de 2022 esses impostos foram totalmente compensados.

9 Outros créditos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante				
Depósito / Bloqueio judicial (i)	-	-	11.537	9.890
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	-	1.424	3.583
Prêmios de seguros a apropriar	-	17	663	1.056
Adiantamento a funcionários	-	-	166	657
Valores a receber de terceiros (iii)	-	-	820	4.049
Adiantamentos de comissões aos representantes	-	-	155	150
Adiantamento CCB Eletrônica	-	-	49	-
Outros	-	-	79	42
Total	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>14.893</u>	<u>19.427</u>

- (i) No consolidado, R\$ 6.401MM referem-se à valores de PIS/COFINS de receitas financeiras depositados judicialmente, cujo processo está classificado como provável perda e, portanto, contingenciado (ver nota explicativa 18). Os demais valores são depósitos trabalhistas, cíveis e bloqueios judiciais ligados a processos cujo prognóstico não exige contingenciamento ou menção.
- (ii) Em 2022 e 2021, refere-se a valores adiantados a fornecedores diversos cujo faturamento se dará posteriormente.
- (iii) Em 2021, no consolidado, R\$ 3.000 refere-se a direito sobre precatórios adquiridos através de processo de cobrança judicial avaliados a valor justo por meio de resultado e que, em 2022, foram cedidos para o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 4.350. Adicionalmente, o saldo de R\$ 259 em 2022 (419 em 2021) refere-se a empréstimo a receber da ex-controlada Soft Pro Tecnologia Ltda.;

10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, considerando diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora	
	2022	2021
Apuração lucro real		
Prejuízo antes IR/CS	(51.909)	(30.006)
Alíquota fiscal combinada IR/CSLL (25% + 9%)	34%	34%
Total de adições - despesas indedutíveis	51.557	32.059
Equivalência Patrimonial	51.553	29.889
O Demais provisões/reversões	4	2.170
Total de exclusões - Provisões	(66)	(2.089)
PLR	(62)	(83)
Demais provisões/reversões	(4)	(2.007)
Lucro Real do período	(418)	(37)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(16)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(16)

	Consolidado	
	2022	2021
Apuração lucro real		
Prejuízo antes IR/CS	(99.148)	(55.880)
Alíquota fiscal combinada IR/CSLL (25% + 9%)	34%	34%
Total de adições - despesas indedutíveis	114.945	58.661
PLR	1.010	1.090
Contingências	12.775	18.813
Perda na baixa de bens intangíveis	46.169	-
Equivalência Patrimonial	51.553	29.889
Demais provisões/reversões	3.439	8.870
Total de exclusões - Provisões	(63.847)	(25.511)
PLR	(1.151)	(617)
PDD	(4.652)	(2.010)
Contingências	(9.730)	(5.801)
Amortização diferido sobre o ágio	(10.511)	(10.511)
Amortização bens intangíveis	(36.652)	-
Demais provisões/reversões	(1.151)	(6.572)
Lucro Real do período	(48.049)	(22.731)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(16)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.314)	(4.014)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.314)	(4.030)

A diferença entre os lucros contábil e fiscal são decorrentes de adições e exclusões, substancialmente representadas por provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes, provisões para contingências, provisões de PLR, depreciações, amortizações e equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a controlada Up Brasil Administração e Serviços Ltda registrou créditos tributários para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis provenientes de diferenças temporárias das receitas não tributáveis e das despesas não dedutíveis, para fins fiscais, e cujas adições e exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

Abaixo, demonstramos a movimentação dos saldos de impostos diferidos:

	Controlada	Consolidado
	Up Brasil Adm	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.301	10.416
Constituição referente diferenças temporárias de 2021	(440)	(440)
Amortização Fiscal Ágio (i)	(3.574)	(3.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.287	6.402
Constituição referente diferenças temporárias de 2022	(740)	(740)
Amortização Fiscal Ágio (i)	(3.574)	(3.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.973	2.088

- (i) Em dezembro de 2019 a CDHI Brasil Participações Ltda, foi incorporada pela sua controlada UP Brasil Adm. (incorporação reversa). O ágio reconhecido da CDHI foi integralmente baixado na nova empresa e foi reconhecido o direito à amortização fiscal deste no valor de R\$ 42.885. Na visão consolidada o valor é eliminado para evitar duplicidade de patrimônio com o Goodwill reconhecido na controladora. A UP Brasil irá amortizar o valor ao longo de 12 anos (3.574 ao ano), sendo o período de 9 anos remanescentes em 31 de dezembro de 2022.

A Administração apresentou Estudo técnico de realização do ativo fiscal diferido elaborado por consultores externos, que consideraram todos os aspectos relevantes do CPC 32 além de análise aprofundada do planejamento orçamentário da Companhia. A opinião do estudo ratifica a expectativa da Companhia de apresentar lucro fiscal suficiente para realização integral do crédito tributário reconhecido sendo:

Diferido sobre	Expectativa de realização	Valor
Ágio	9 anos	31.866
Diferenças temporárias	8 anos	9.896
Prejuízos fiscais	6 anos	3.211
		<u>44.973</u>

O Grupo, passou por um processo de reestruturação societária no qual algumas incorporações ocorreram até 2020. Nesse sentido, de acordo com cada etapa dessa reestruturação e da sinergia operacional já percebida com a simplificação e padronização dos processos, há expectativa de lucro fiscal que possibilitará o aproveitamento dos créditos tributários constituídos.

Nos exercícios findos em 2022 e 2021, o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real anual.

11 Investimentos (controladora)

	<u>2022</u>
	Up Brasil Administração e Serviços Ltda.
Capital Social	154.946
Prejuízos acumulados	(85.008)
Resultado do período	(51.553)
Patrimônio líquido (i)	18.385
Ações / Quotas possuídas	154.945.921,00
Percentual de participação	100,00%
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2022	18.385
Ágio (goodwill)	128.503
Total do investimento (i)	146.887
Resultado de equivalência patrimonial	(51.553)
	<u>2021</u>
	Up Brasil Administração e Serviços Ltda.
Capital Social	147.246
Prejuízos acumulados	(55.119)
Resultado do período	(29.889)
Patrimônio líquido (i)	62.237
Ações / Quotas possuídas	139.245.920
Percentual de participação	99,99%
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2021	62.237
Ágio (goodwill)	128.503
Total do investimento (i)	190.740
Resultado de equivalência patrimonial	(29.889)

A controlada Up Brasil possui registrado na composição do seu Patrimônio líquido o valor de R\$ 42.885 de Reserva especial de ágio na incorporação (nota explicativa 10) que não é base para aplicação da equivalência patrimonial. Sendo assim, e para melhor compreensão, o patrimônio líquido apresentado nesta nota explicativa está líquido desta reserva.

12 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a controladora não possuía valor em Imobilizado. A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

Controladora	Veículos		Equipamentos de informática		Total		
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		290		4			294
Depreciação no exercício		(86)		(2)			(88)
Baixas		(204)		(2)			(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		-		-			-
Depreciação no exercício		-		-			-
Baixas		-		-			-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		-		-			-

Consolidado	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Direito de uso(i)	Total
Custo - Consolidado								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.240	504	612	858	6.542	309	2.168	12.233
Adições	240	110	204	621	5.517	-	443	7.134
Reclassificação	-	6	-	-	303	(309)	-	-
Baixas	-	(5)	(219)	(2)	(496)	-	-	(722)
Depreciação no exercício	(648)	(102)	(165)	(549)	(3.081)	-	(1.316)	(5.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	832	513	432	928	8.784	-	1.295	12.784
Adições	-	47	623	192	4.371	-	1.115	6.348
Reclassificação	-	-	-	476	(486)	-	-	(10)
Baixas	-	(42)	(51)	(176)	(608)	-	-	(877)
Depreciação no exercício	(597)	(95)	(166)	(499)	(3.691)	-	(1.548)	(6.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	235	423	838	921	8.370	-	862	11.649

Garantias

A Companhia não possui bens dados em garantia para as operações de financiamentos nas modalidades *Leasing*, *CDC* e *FINAME*.

13 Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a controladora não possuía valor em Intangíveis. A composição e a movimentação consolidada do ativo intangível está representada conforme a seguir:

Consolidada	Marcas e patentes	Sistemas e aplicativos	Acordo não competição	Ágio em Investimentos(i)	Relacionamento cliente	Software em Andamento(ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.344	6.765	1.337	128.503	20.890	2.051	194.890
Adições	-	6	-	-	-	1.049	1055
Transferências	-	1.669	-	-	-	(1.669)	-
Amortização	(2.146)	(1.870)	(469)	-	(2.888)	-	(7.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.198	6.570	868	128.503	18.002	1.431	188.572
Adições	-	391	-	-	-	1.947	2.338
Reclassificação	-	394	-	-	-	(394)	-
Impairment (iii)	(31.054)	-	-	-	(15.115)	-	(46.169)
Amortização	(2.144)	(2.241)	(470)	-	(2.887)	-	(7.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	5.114	398	128.503	-	2.984	136.999

- (i) Em dezembro de 2019 foi feita incorporação pela UP Brasil, onde a mesma incorporou a sua controladora CDHI Brasil Participações Ltda. O Ágio reconhecido da CDHI foi integralmente baixado na nova empresa e foi

reconhecido na nova empresa controladora UP Brasil - Policard. Em janeiro de 2020, a UP Brasil incorporou a UP Brasil – Policard, sua controladora, e o ágio até então reconhecido nela passou a ser reconhecido agora na Companhia e de forma individual está apresentado na nota explicativa 11.

- (ii) Refere-se a projetos de melhoria do parque tecnológico da empresa, como implementação de transação em dispositivos móveis, investimentos na consolidação sistêmica do Grupo e investimento em melhoria nos sistemas ERP e operacionais;
- (iii) A controlada UP Brasil realizou a baixa dos ativos intangíveis relacionados às marcas Planvale e Valemais (Marcas e Patentes) e Relacionamento com cliente, ativos esses identificados nos PPAs de aquisição das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda. Vide Nota 3 (f).

O Grupo efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis. Os efeitos decorrentes das perdas por Impairment em 31 de dezembro de 2022 encontram-se descritos acima. Em 2021 não ocorreram eventos que indicassem perda.

14 Fornecedores conveniados

A controladora não possui valores a pagar a fornecedores conveniados. No consolidado o total de fornecedores a pagar em 2022 é de R\$ 136.970 (R\$ 128.528 em 2021) e referem-se a valores utilizados pelos usuários na rede de estabelecimentos credenciados na controlada UP Brasil.

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores conveniados	136.970	128.528
Total de fornecedores a pagar - Circulante	136.970	128.528

15 Créditos não consumidos pelos usuários

Créditos não consumidos pelos usuários referem-se ao valor de emissão dos cartões colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados.

	Consolidado	
	2022	2021
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (i)	50.675	44.518
Clientes Cartão Natal	225	286
Clientes Cartão Combustível	1.037	784
Clientes Cartão Viagem	492	591
Clientes Cartão Presente	1.180	1.047
Clientes Cartão Premiação	9.033	9.303
Outros (ii)	1.172	1.040
	63.814	57.569

- (i) Refere-se aos valores recebidos de clientes e destinados ao consumo dos usuários do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) na rede de estabelecimentos credenciados.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 refere-se a créditos disponibilizados para clientes pré-pagos cujo faturamento se dá no início do exercício seguinte.

16 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2022	2021
Banco Bradesco (i)	18	430
Banco Safra (iii)	-	15
Banco Santander (iv)	590	1.213
Banco ABC Brasil (ii)	-	2.000
Banco Agricole Brasil (ii)	10.000	10.000
	10.608	13.658
Passivo circulante	608	3.070
Passivo não circulante	10.000	10.588

- (i) Saldos devedores de contratos de leasing financeiro firmados para aquisição de ativos imobilizados, com prazos que variam de 36 a 48 meses.
(ii) Saldo devedor em conta garantida.
(iii) Saldo devedor referente a leasing POS, com prazo de 36 meses.
(iv) Projeto de inovação do parque tecnológico.

Os empréstimos e os financiamentos estão garantidos por avais do acionista controlador e para as operações de *Leasing*, *CDC* e *FINAME* aval e alienação fiduciária.

O Grupo não possui nenhum contrato de empréstimo e financiamento contendo cláusula restritiva (*covenants*) ou obrigações contratuais vinculadas ou contratos que envolvam acordos com fornecedores.

17 Salários, provisões e encargos sociais

Em 2022, os colaboradores que estavam registrados na controladora, foram transferidos para a controlada Up Brasil. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tem mais colaboradores registrados.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e ordenados	12	35	837	795
Encargos sociais sobre salários e ordenados	-	86	1.523	1.361
Férias e encargos sociais	-	221	4.454	4.418
	12	342	6.814	6.574

18 Provisão para contingências

O Grupo possui processos de naturezas cível e trabalhista, todos em razão do curso normal das operações. Veja política contábil na nota 3 (i). A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, em que considera suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	Consolidado				2022
	2021	Constituição	Baixa	Reversão	
Trabalhistas	512	696	(470)	-	738
Cíveis (i)	12.463	14.020	(7.539)	(631)	18.313
Tributárias (ii)	8.189	587	(28)	(1)	8.748
Provisão contrato oneroso (iii)	3.047	952	-	(2.894)	1.105
	24.211	16.255	(8.036)	(3.526)	28.904

- (i) O aumento no saldo de processos cíveis contingenciados se deve à crescente relacionada aos litígios de produto saque, em decorrência da quantidade de novos processos, bem como alteração de prognóstico de perda para os já existentes, face aos desfechos desfavoráveis de processos semelhantes ao longo do exercício de 2021 e 2022.
- (ii) Referem-se à processos tributários, sendo R\$ 6.401 (R\$ 5.842 em 2021) relacionados à PIS/Cofins sobre receitas financeiras depositados judicialmente e suas atualizações, visto que o processo judicial encontra-se ativo e R\$ 2.347 relacionados ao processo de ISS de São Paulo (obrigações acessórias), sendo que conforme acordo de compra e venda parte do valor (524k) é de responsabilidade dos antigos acionistas.
- (iii) Refere-se à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cujos custos para cumprimento e continuidade na prestação do serviço superam as receitas esperadas.

Processos judiciais e administrativos não provisionados

O Grupo possui processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. O montante classificado como possível em 2022 monta R\$ 12.275 (R\$ 8.311 em 2021) referente a processos cíveis, R\$ 104 (R\$ 930 em 2021) referente a processos trabalhistas e R\$ 29.010 (R\$ 34.491 em 2021) referente a processos fiscais.

O valor de R\$ 29.010 classificado como perda possível em contingências fiscais é composto por dois processos administrativos de ISS emitidos pela Prefeitura de São Paulo, os quais a Companhia protocolou recurso ordinário em fevereiro/2021, e aguarda desdobramentos.

A redução no valor de processos fiscais classificados como “perda possível”, se deve ao fato de que em outubro/2021 a companhia aderiu ao PPI/SP (Programa de parcelamento Incentivado), onde liquidou parte dos autos dos Autos de Infração relacionados às receitas que estavam classificadas como Perda Provável e Perda Possível, optando pelo pagamento à vista devido ao benefício econômico.

Quanto aos autos restantes, em 2022 encerrou-se a fase administrativa e iniciou a judicial, cuja movimentação encontra-se relatada abaixo:

- abril/2022 foi protocolado o “procedimento cautelar” com liminar, dando inicial à fase judicial;
- junho/2022, protocolou-se a emenda à inicial (Ação principal);
- outubro/2022 o cartório certificou a intempestividade da contestação da PMSP juntada nos autos da Anulatória;
- novembro/2022 a controlada UP Brasil peticionou requerendo o julgamento antecipado da lide ante a Revelia da PMSP;
- dezembro/2022 o juiz encerrou a fase instrutória (não houve interesse das partes em novas provas) e abriu prazo para alegações finais. A PMSP em virtude da perda do prazo de contestação já havia se antecipado e apresentou-a em dezembro/22, e a controlada UP Brasil apresentou as alegações finais em janeiro/2023.

O Grupo também possui causas cíveis ativas no montante de R\$ 20.353 (R\$ 21.090 em 2021) cuja probabilidade de ganho é considerada como provável pelos seus assessores jurídicos.

O Grupo constituiu garantia financeira em processos cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. A garantia está registrada em conta de ativo circulante e não impacta o resultado do Grupo.

	Consolidado	
	2022	2021
Ações judiciais fiscais	524	524
	524	524
Ativo não circulante (i)	524	524

- (i) Refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratarem de causas cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. O montante de R\$ 524 (R\$ 524 em 2021) refere-se a causas fiscais e foi registrado no ativo não circulante em conta de Garantia Financeira e não impacta o resultado da Companhia.

19 Outros débitos e valores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a pagar - suprimentos	37	40	1.508	3.270
Provisão de contas a pagar (i)	-	-	6.476	3.643
Repasse de comissão - seguros	-	-	708	937
Arrendamento CPC06 (ii)	-	-	1.197	1.668
Créditos de Saque a apropriar (iii)	-	-	18.304	-
Outros credores diversos	36	36	1.319	1.722
	73	76	29.512	11.240
Passivo circulante	73	76	29.512	11.240
Passivo não circulante	-	-	-	-

- (i) Refere-se a saldos a pagar para fornecedores diversos provisionados conforme período de competência.
- (ii) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2).
- (iii) Refere-se à carteira do Produto Saque que será cedida ao FIDC (Fundo de direitos creditórios) no próximo exercício (nota explicativa 7).

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS a recolher	-	-	211	229
PIS a recolher	-	-	78	85
COFINS a recolher	-	-	358	391
ICMS a recolher	-	-	2	5
PIS S/ receita financeira	-	-	42	31
COFINS S/ receita financeira	-	-	256	190
IRRF retido a recolher	-	-	24	3
PCC retido a recolher	-	-	66	70
IRRF - Auto retenção	-	-	12	12
Total Impostos e contribuições a recolher	-	-	1.049	1.016

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e as suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

a. Transações e saldos

Controladora

	2022				2021			
	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
Cost Sharing (i)								
UP Brasil - Administração e Serviços Ltda. (controlada direta)	4	-	28	(146)	260	-	2.007	-
Mútuo (iv)								
UP Brasil - Administração e Serviços Ltda. (controlada direta)	-	-	-	-	-	-	-	(26)
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora direta)	-	(8.625)	-	(419)	-	(8.207)	-	(13)
Circulante	4	-	-	-	260	-	-	-
Não circulante	-	(8.625)	-	-	-	(8.207)	-	-

Consolidado

	2022				2021			
	Ativo	Passivo	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
Cost Sharing								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (i) (controladora direta)	-	(402)	-	(2.860)	-	(211)	-	(2.232)
Royalties (ii)								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora direta)	-	-	-	(1.278)	-	(120)	-	(1.237)
Mútuo (iv)								
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora direta)	-	(11.820)	-	(155)	-	(11.246)	-	(499)
C.D Holding Internationale Sas (controladora indireta)	-	(8.750)	-	(934)	-	(7.816)	-	(136)
Consultoria França (v)								
C.D Holding Internacionale AS. (vi) (controladora indireta)	-	(527)	-	(3.834)	-	(9.074)	-	(3.712)
Garantias (iii)								
Sócios egressos	524	(11.854)	-	-	524	(11.036)	-	-
Circulante		(12.783)				(20.441)		
Não circulante	524	(20.570)	524		(19.062)			

- (i) Em setembro de 2016 foi celebrado o contrato de cost sharing, o qual refere-se ao rateio das despesas operacionais das controladoras CDHI Brasil Participações Ltda. e FBR Soluções Participações S.A. entre as empresas operacionais do grupo UP Brasil. Em janeiro de 2019 foi celebrado o contrato de rateio (cost sharing) referente ao rateio das despesas operacionais da controladora UP Groupe Invest Participações LTDA. entre as empresas operacionais do grupo UP Brasil.
- (ii) Contrato de royalties com a empresa Up Groupe Invest Participações Ltda.
- (iii) O saldo de ativo, refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratarem de causas judiciais cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. No passivo, conforme contrato de compra e venda celebrado entre a CDHI Brasil participações LTDA. e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda, as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores. A evolução do saldo está apresentada na nota explicativa 21.

- (iv) Os saldos de ativos e referem-se a mútuos com incidência de encargos financeiros. Mútuos FBR e Up Brasil (controladora), possuem taxa fixa de 1% ao mês pró-rata ao dia. Mútuo entre Cd Holding e Policard (consolidado) possui taxa CDI + 1% ao ano pró-rata dia. Mútuo entre Up Groupe e Policard (consolidado) remunerado a taxa fixa de 10% ao ano pró-rata dia. Mútuo entre Up Groupe e Up Brasil (consolidado) remunerado a taxa fixa de 6% ao ano pró-rata ao dia.
- (v) Em janeiro de 2017 foi firmado contrato de consultoria e gestão com a C.D Holding Internationale S.A.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os representantes legais dos acionistas, os diretores e os gerentes. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração em 2022 monta R\$ 6.304 (R\$ 6.002 em 2021) sendo:

	2022	2021
FBR Soluções Participações AS (i)	-	864
UP Brasil Administração e Serviços Ltda.	<u>6.304</u>	<u>5.138</u>
	6.304	6.002

- (i) Em janeiro de 2022 houve a migração total da folha da controladora FBR Soluções Participações S.A. para a controlada UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

c. Benefício a empregados

O Grupo não possui plano de benefício pós-emprego e concede aos seus funcionários os benefícios mínimos garantidos pela CLT e pelos acordos coletivos firmados com os sindicatos, tais como: seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, etc.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 40.648 (R\$ 32.948 em 2021), dividido em 22.798.638 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a posição de acionistas é sumarizada como segue:

Acionistas	2022	2021
UP Groupe Invest Participações Ltda.	99,99%	99,99%
CD Holding Internationale	0,01%	0,01%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

O Capital social da Companhia foi constituído por meio de cessão de quotas das controladas conforme a seguir:

	Quotas	Valor
Policard Systems e Serviços S.A.	9.388.630	20.488
CDHI Brasil Participações Ltda.	<u>5.710.008</u>	<u>12.460</u>
	15.098.638	32.948

A constituição da reserva de capital em 18 de março 2016 no valor de R\$ 209.985 se deu através da integralização de parte das cotas da empresa CDHI Holding Brasil Participações.

No mês de outubro de 2017 houve a venda de 1.509.864 ações, por parte dos acionistas minoritários para o acionista UP Groupe Invest Participações LTDA. Esta transação consta no livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas sob número 1 e no livro Registro de Ações Nominativas sob número 1. Em 2019 houve a venda da totalidade das ações em posse dos acionistas minoritários para o acionista UP Groupe Invest Participações LTDA, atual controladora da Companhia.

Em dezembro de 2022 a controladora UP Groupe aumentou o capital da Companhia investida no valor de R\$ 7.700, composto por 7.700.000 de novas cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia estava composto e sumarizado como segue:

	Quotas	Valor
UP Groupe Invest Participações Ltda.	22.798.637	40.647
C.D. Holding Internationale	<u>1</u>	<u>1</u>
	22.798.638	40.648

b. Reserva de Capital

O Saldo de Reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 209.985 e não houve novas constituições.

c. Dividendos a pagar

Dividendo mínimo obrigatório

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o resultado do exercício, ajustado na forma prevista pelo art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Não houve proposta de dividendos, em virtude da apuração de prejuízo.

d. Prejuízos Acumulados

- e.** O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 112.364 (R\$ 60.457 em 2021).

23 Receita líquida

	<u>Consolidado</u>	
	2022	2021
Receita bruta de serviços	149.531	138.888
(-) Impostos e deduções sobre serviços:		
Descontos incondicionais concedidos	(32.524)	(31.241)
ISS	(2.366)	(2.225)
PIS	(1.416)	(1.248)
COFINS	(6.524)	(5.747)
Receita líquida de serviços	106.701	98.427

24 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	2022	2021
Estrutura de Concessionárias	(8.194)	(6.281)
Links e comunicação com POS	(6.713)	(5.682)
Aluguel CPTM (i)	(7.243)	(4.272)
Infraestrutura de tecnologia	(3.359)	(2.545)
Tarifa de serviços - Banco 24 Horas	(1.313)	(1.373)
Credenciamentos	(2.254)	(1.969)
Seguro/Fiança	(858)	(918)
Confecção de cartão	(1.119)	(1.076)
Manutenção de POS	(1.712)	(1.323)
Data Center	(1.909)	(1.460)
Telefonia	(151)	(244)
Ente consignante	(273)	(267)
Impressos	(108)	(139)
Outros custos	(889)	(1.806)
	(36.095)	(29.355)

(i) Aumento expressivo se deve à aplicação de índice de correção acima de inflação em 2022 e é motivo de discussão judicial e provisão de contingência para contrato oneroso, conforme mencionado na nota explicativa 18.

25 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remunerações e encargos (i)	-	(1.124)	(31.071)	(27.451)
Benefícios	(4)	(116)	(5.333)	(4.950)
Férias e encargos (ii)	159	(138)	(3.577)	(3.124)
13º salário e encargos	-	(102)	(2.582)	(2.448)
Participação no resultado (ii)	62	(90)	(1.054)	(1.133)
	217	(1.570)	(43.617)	(39.106)

- (i) Na controladora, efeito refere-se à transferência do registro dos colaboradores para a controlada Up Brasil. No consolidado, o aumento é efeito de aplicação de dissídio salarial que, em 2022, foi de aproximadamente 12%. Em anos anteriores a média não ultrapassava os 4%.
- (ii) Em 2022 houve reversão das provisões de folha devido à transferência dos colaboradores citada no item (i).

26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas comerciais	-	-	(4.265)	(3.382)
Provisão para perdas esperadas (i)	-	-	720	7.677
Perdas com recebíveis (ii)	-	-	(981)	(35)
Despesas prediais e de ocupação	-	(4)	(952)	(874)
Manutenção e conservação de bens	(1)	(32)	(488)	(437)
Assessoria e consultoria	(9)	(20)	(5.683)	(4.735)
Comunicação	-	-	(252)	(362)
Auditoria	-	-	(472)	(583)
Serviços de terceiros	-	-	(354)	(83)
Impostos e taxas	-	(2)	(476)	(6.063)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(142)	(176)
Despesas operacionais	(26)	(121)	(3.656)	(3.314)
Serviços do sistema financeiro	-	-	(880)	(762)
Materiais de escritório	-	-	(138)	(132)
Royalties (nota explicativa 21)	-	-	(1.278)	(1.237)
Custos com holdings (nota explicativa 21)	(146)	-	(2.861)	(2.232)
Serviços Administrativos CD Holding (nota explicativa 21)	-	-	(3.834)	(3.712)
	(183)	(180)	(25.992)	(20.441)
PDD	-	-	720	7.677
Despesas administrativas	(183)	(180)	(26.712)	(28.118)

- (i) As reversões de 2022 e 2021 são resultado de diversas ações conjuntas de cobrança implementadas ao longo do ano. Dentre as principais temos ajuste na régua de cobrança e análise de crédito mais conservadora, além da criação de comitês e contratação de empresas especializadas.
- (ii) Em 2022 aumento se deve às baixas de títulos identificados como incobráveis.

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ganho na venda de imobilizado	-	-	161	454
Receitas com partes relacionadas (nota explicativa 21)	28	2.007	-	-
Receita garantia financeira	-	-	315	1.072
Recuperação crédito impostos (i)	-	-	5.406	1.060
Outras receitas	-	-	856	157
Subtotal - Outras receitas	28	2.007	6.738	2.743
Provisão para contingências	-	-	(6.076)	(9.965)
Perdas com causas judiciais	-	-	(6.415)	(5.372)
Provisão para contrato oneroso (ii)	-	-	1.942	(3.047)
Despesa com aquisição de carteira	-	-	(54)	(49)
Perda com alienação de imobilizado	-	-	(431)	(711)
Perda na baixa de intangíveis (v)	-	-	(46.169)	-
Perda na baixa de outros ativos (iii)	-	-	-	(16.935)
Contribuições e doações	-	-	(33)	(79)
Perdas indedutíveis	-	-	(395)	(61)
Multa por infração fiscal (iv)	-	-	-	(1.439)
Outras despesas	-	(3)	(2.301)	(1.140)
Subtotal - Outras despesas	-	(3)	(59.932)	(38.798)
Total - Outras receitas (despesas) líquidas	28	2.004	(53.194)	(36.055)

- (i) Refere-se à recuperação de impostos retidos, principalmente sobre IRRF e INSS da controlada Up Brasil.
- (ii) Refere-se à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cujos custos para cumprimento e continuidade na prestação do serviço superam as receitas esperadas. Em 2022 foi revertida parte da provisão (R\$ 1.942);
- (iii) Referem-se a baixa proveniente de revisão do processo/dívida de pessoas físicas que não estão mais vinculadas aos CNPJs originalmente contratantes do produto Convênio e, portanto, incobráveis (R\$ 13.625) e perda decorrente da aplicação do item 5.6.2 do CPC 48 (reclassificação de ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado para valor justo por meio de resultado) de precatórios que serão vendidos pela Companhia (R\$ 3.310);
- (iv) Multas aplicadas aos autos de infração da CIDE (Federal) e de ISS da Prefeitura Municipal de São Paulo (adesão ao PPI) conforme nota explicativa 18.
- (v) Em 2022 foi realizada a baixa dos intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos Relacionamentos com clientes (R\$ 15.115) e Marcas e Patentes (R\$ 31.054) identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Adm e Serviços Ltda e Empório Card Ltda. Após avaliação e análise minuciosa de sua carteira de clientes atual, o grupo entendeu não haver mais benefício econômico na manutenção destes bens intangíveis.

28 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida antecipação serviços	-	-	20.586	19.728
Receita de aplicação financeira	1	-	1.619	713
Juros ativos (i)	-	-	1.694	1.622
Rendimentos sobre cotas do fundo de renda fixa	-	-	580	188
Receitas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	-	-	22	86
Atualização de créditos fiscais	-	-	1.514	542
Descontos obtidos	-	-	76	151
Variação cambial ativa (ii)	-	-	1.191	35
Outras receitas financeiras	-	-	106	41
(-) PIS/Cofins sobre receitas financeiras	-	-	(1.764)	(1.925)
Subtotal - receitas financeiras	1	-	25.624	21.181
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(16)	(3.484)	(3.156)
Despesas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	(419)	(39)	(1.508)	(695)
IOF	-	(195)	(278)	(1.235)
Descontos concedidos	-	-	(1.161)	(873)
Juros passivos	-	(30)	(38)	(1.146)
Multas	-	(1)	(10)	12
Variação cambial passiva	-	-	-	(4)
Juros sobre arrendamento (CPC06)	-	-	(199)	(274)
Outras despesas financeiras	-	(2)	(5)	(38)
Subtotal - despesas financeiras	(419)	(283)	(6.683)	(7.409)
Total - Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(418)	(283)	18.941	13.772

- (i) Referem-se a juros cobrados em títulos em atraso do contas a receber. Resultado de ações de cobrança intensificadas em 2022 e 2021, bem como redução da inadimplência conforme reflexos na PDD.
- (ii) Variação cambial referente ao pagamento das invoices de Consultoria CD. Holding referentes a 2019, 2020, 2021 (nota explicativa 21).

29 Instrumentos financeiros**a. Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Grupo possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada tipo de risco mencionado acima, os objetivos do Grupo, as políticas e os procedimentos para mensuração e gerenciamento de riscos, assim como a gestão de capital do Grupo.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com as suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	80	76	43.330	41.174
Ativos financeiros	5	-	-	14.082	14.096
Contas a receber de clientes	6	-	-	220.940	172.729
Outros créditos	9	-	17	14.893	19.427
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	4	260	-	-
Ativo Não Circulante					
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	-	-	-	-
Outros créditos	9	-	-	-	-
		84	353	293.245	247.426
Circulante		84	353	293.245	247.426
Não circulante		-	-	-	-

Contas a receber de clientes

Agindo de forma preventiva quando da concessão de créditos aos clientes, a exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração do Grupo também considera os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. Dessa forma, a Administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais cada novo cliente é analisado, visando a um tratamento adequado para diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Por sua vez, para o gerenciamento dos riscos de crédito dos recebíveis já constituídos, a Companhia efetuou aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, consoante com o CPC 48. Além disso, o Grupo busca pulverizar suas receitas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

Garantias

Para algumas operações do contas a receber da Companhia, que estão em atraso, foram apresentadas garantias reais, reduzindo o risco de crédito destas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida do Grupo, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora				
2022	Nota	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-
Outros débitos e valores	19	73	73	-
		<u>73</u>	<u>73</u>	<u>-</u>
2021				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-
Outros débitos e valores	19	76	76	-
		<u>76</u>	<u>76</u>	<u>-</u>

Consolidado				
2022		Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Acima de 1 ano
	Nota			
Passivos financeiros				
Fornecedores	14	136.970	136.970	-
Empréstimos e financiamentos	16	10.608	608	10.000
Outros débitos e valores	19	29.512	29.512	-
		177.090	167.090	10.000
2021				
Passivos financeiros				
Fornecedores	14	128.528	128.528	-
Empréstimos e financiamentos	16	13.658	3.070	10.588
Outros débitos e valores	19	11.240	11.240	-
		153.426	142.838	10.588

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão, o Grupo não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a empréstimos e financiamentos e a aplicações financeiras.

O Grupo não realizou a análise de sensibilidade para este risco, já que a maioria desses passivos está vinculada à taxa de juros prefixada, e compreende que qualquer mudança em passivos e ativos financeiros vinculados à taxa de juros fixa seria compensada entre si e produziria efeito no resultado irrelevante.

Gestão de capital

A política do Grupo em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, dos credores e do mercado, assim como solidifica alicerces para o desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos do Grupo são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos do Grupo, assim como aos colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo do Grupo é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e os danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados às atividades e aos negócios do Grupo.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração do Grupo, sendo auxiliada pela recém-implementada Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas dos controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e o funcionamento adequados.

b. Demonstração dos ativos e passivos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Controladora				
2022				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	80	-
Outros créditos	9	-	-	-
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	-	4	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-
Valores a Pagar de partes relacionadas	21.a	-	-	(8.625)
Outros débitos e valores	19	-	-	(73)
Total		-	85	8.698

		2021		
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	76	-
Outros créditos	9	-	17	-
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	-	260	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-
Valores a Pagar de partes relacionadas	21.a	-	-	(8.207)
Outros débitos e valores	19	-	-	(76)
Total		-	353	8.283

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Consolidado				
2022				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	43.330	-
Ativos financeiros	5	14.082	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	220.940	-
Outros créditos	9	-	14.893	-
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	-	-	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(136.970)
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	(10.608)
Valores a pagar de partes relacionadas	21.a	-	-	(21.500)
Outros débitos e valores	19	-	-	(29.512)
Total		14.082	279.163	(198.590)
2021				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	41.174	-
Ativos financeiros	5	14.096	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	172.729	-
Outros créditos	9	-	19.427	-
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	-	-	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(128.528)
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	(13.658)
Valores a pagar de partes relacionadas	21.a	-	-	(28.467)
Outros débitos e valores	19	-	-	(11.240)
Total		14.096	233.330	(181.893)

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Contêm ativos e passivos como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercado de balcão;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Estes ativos e passivos podem ser avaliados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio; e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de fluxo de caixa descontados, e instrumentos para os quais a estimativa de valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da Administração.

Consolidado

	Valor contábil em 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	14.082	-	14.082	-
	Valor contábil em 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	14.096	-	14.096	-

30 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum evento subsequente à data de emissão das demonstrações financeiras.

* * *

Diretoria

Alexandre Nani
 Diretor Financeiro

Thomas Pillet
 Diretor Geral

Controladoria

Yalis Kluska Rosa Donini
Contadora CRC-SP-1SP258872/O-7